



Trilha LAB | Clima e Biodiversidade em Finanças

FICHA TÉCNICA

Webinar 1: Biodiversidade e Capital Natural nas Finanças Sustentáveis



Labo

Laboratório de Inovação Financeira



on the basis of a decision by the German Bundestag

Grupo de Trabalho Gestão de Riscos ASG e Transparência Subgrupo Riscos ASG, Clima e Biodiversidade

Julho de 2023

Agradecemos a todas as instituições que participam do Subgrupo Riscos ASG, Clima e Biodiversidade, do Grupo de Trabalho Gestão de Riscos ASG e Transparência do LAB e que contribuíram direta ou indiretamente para o conhecimento adquirido e elaboração desta publicação.

Coordenação da publicação:

Fernanda Feil - GIZ

Líderes do seminário:

Sofia Carrara - Aliança brasileira de finanças e investimentos sustentáveis – Brasfi
Thais Tannús - assessora da Diretoria de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relação com Consumidor e Autorregulação da Federação Brasileira de Bancos - Febraban.

Palestrantes do seminário:

Karen Oliveira - The Nature Conservancy Brasil
David Rusnok - Climate and Company.

Coordenação do GT Gestão de Riscos ASG e Transparência:

Fernanda Feil - GIZ

Este documento contém um resumo livre dos principais pontos abordados neste webinar, de forma que eventuais opiniões nele expressas não representam necessariamente a opinião dos painelistas, das instituições membros, entidades gestoras do LAB, ou dos seus associados ou membros, individualmente

Sobre o LAB

O Laboratório de Inovação Financeira (LAB) é um fórum de interação multissetorial e um espaço de diálogo público privado para a promoção da inovação e das finanças sustentáveis no Brasil. Fruto de uma parceria entre a [Associação Brasileira de Desenvolvimento \(ABDE\)](#), o [Banco Interamericano de Desenvolvimento \(BID\)](#) e a [Comissão de Valores Mobiliários \(CVM\)](#), tendo posteriormente se juntado a [Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit \(GIZ\)](#) GmbH, em 2019, o Lab reúne representantes do governo e da sociedade para debater alternativas inovadoras para o financiamento de investimentos sustentáveis, endereçando temas selecionados pelos próprios membros do LAB.

Atuando na promoção das finanças sustentáveis no país, por meio da participação voluntária, colaborativa e da diversidade de seus membros, o LAB trabalha para ser reconhecido como o laboratório de inovação financeira propulsor do desenvolvimento econômico e social dentro dos parâmetros sustentáveis mundiais.

Tem como objetivo criar soluções inovadoras de financiamento para viabilizar recursos privados para projetos com adicionalidade socioambiental e, assim, acelerar a transformação necessária.

Participam do LAB entidades do governo, entre as quais diversos Ministérios e Reguladores (Banco Central, Previc, Susep, além da CVM), Associações Representativas, Bancos Públicos e Privados, B3, Bancos de Desenvolvimento e Agências de Fomento, Consultorias e Escritórios de Advocacia, Empresas, ONGs, além de representantes da academia.

Trilha LAB

Clima e Biodiversidade em Finanças

[Webinar 1: Biodiversidade e Capital Natural
nas Finanças Sustentáveis](#)

Pontos principais:

1. A importância da biodiversidade para as finanças sustentáveis e a necessidade de discutir esse tema.
2. A relação entre a biodiversidade e os ecossistemas, destacando sua relevância econômica e sua contribuição para a mitigação das mudanças climáticas.
3. O desafio da perda de biodiversidade e a responsabilidade humana nesse processo.
4. A valoração do capital natural e a importância de direcionar recursos financeiros para a conservação da biodiversidade.
5. Avanços internacionais na discussão sobre biodiversidade, como as Metas de Aichi e o Marco Internacional da Biodiversidade Kunming-Montreal, que enfatizam a necessidade de envolvimento do setor financeiro e das finanças sustentáveis na conservação da biodiversidade.

Seminário 1. Biodiversidade e Capital Natural nas Finanças Sustentáveis

O Grupo de Trabalho Gestão de Riscos ASG e Transparência¹, do Laboratório de Inovação Financeira (Lab), está promovendo a Trilha Lab Clima e Biodiversidade nas finanças sustentáveis, cujo objetivo é discutir a importância da biodiversidade para as finanças sustentáveis, abordando desde conceitos amplos, como biodiversidade e capital natural, até temas mais específicos, como a biodiversidade agropecuária, florestal, marinha e costeira, riscos financeiros e convenções internacionais.

Cada seminário conta com a liderança de um membro do Subgrupo Riscos ASG, Clima e Biodiversidade, que traz seus conhecimentos e experiências para enriquecer o debate. O objetivo é produzir notas técnicas sobre cada webinar temático, que serão consolidadas em um relatório final sobre Clima e Biodiversidade em Finanças.

O primeiro seminário, aqui sumarizado, discutiu a importância da biodi-

¹ O GT Gestão de Riscos ASG e Transparência atua por meio dos Subgrupos “Riscos ASG, Clima e Biodiversidade” e “Taxonomia e Transparência”.



versidade e do capital natural para as finanças sustentáveis, bem como as ações que estão sendo realizadas no Brasil e no contexto internacional para abordar este tema. Os palestrantes foram a Karen Oliveira, da The Nature Conservancy Brasil, e David Rusnok, da Climate and Company. As lideranças foram Sofia Carra, membra da diretora executiva da Aliança Brasileira de Finanças e Investimentos Sustentáveis - BRASFI, e Thais Tannús, assessora da Diretoria de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relação com Consumidor e Autorregulação da Federação Brasileira de Bancos - Febraban.

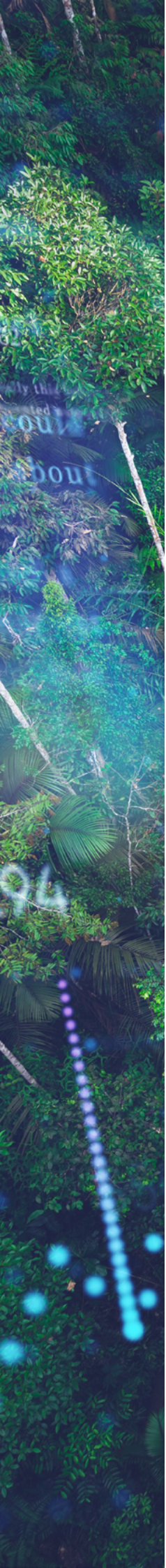
Síntese dos temas abordados

Ainda que a agenda climática tenha sido amplamente discutida nos últimos anos, a agenda de biodiversidade tem recebido menos atenção. No entanto, é de extrema importância trazer à tona a discussão sobre essa questão. A biodiversidade abrange a diversidade dentro e entre espécies, assim como a interação dessas espécies com os ecossistemas. Compreender a importância da biodiversidade a partir dessas perspectivas é fundamental.

Os ecossistemas, que abrigam as espécies das quais dependemos, sustentam a vida selvagem e desempenham um papel vital na garantia da saúde e da segurança alimentar. Apesar das limitações inerentes aos modelos e instrumentos de mensuração do capital natural, existem numerosas pesquisas que sugerem a magnitude potencial do seu valor integral. Em estudos recentes, estimou-se que aproximadamente 40% do PIB global está relacionado à Biodiversidade, evidenciando a relevância econômica substancial da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos².

Além de sustentar os ecossistemas, a biodiversidade também desempenha um papel essencial na mitigação das mudanças climáticas. A destruição das florestas, por exemplo, representa mais de 11% das emissões globais de gases de efeito estufa.

² Disponível aqui: <https://www.tnc.org.br/content/dam/tnc/nature/en/documents/brasil/tnc-financiandoanatureza-2020-pt.pdf>

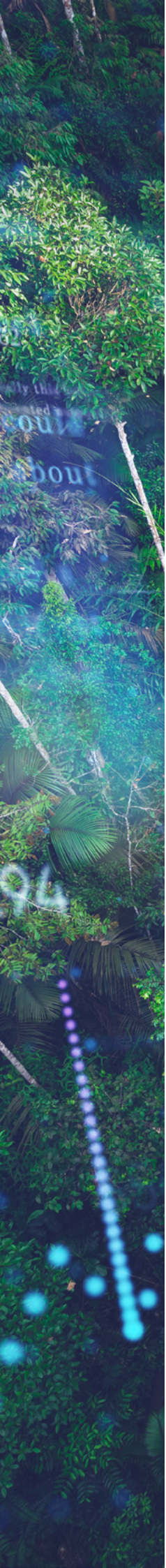


Atualmente, estamos enfrentando uma perda sem precedentes de biodiversidade em comparação com o histórico evolutivo do planeta. Embora os seres humanos representem apenas 0,01% das espécies, temos sido responsáveis por mais de 80% da perda de biodiversidade. Se não resolvermos esse problema, os danos serão irreversíveis.

Ao tratar da temática relativa à preservação e salvaguarda da biodiversidade, um aspecto essencial é a abordagem monetária e valorativa desse recurso natural. Isso envolve a atribuição de um preço à biodiversidade, considerando-a não apenas como um ativo ambiental, mas também como um ativo de cunho social e econômico. Nesse contexto, torna-se relevante estabelecer uma distinção entre os recursos naturais renováveis e aqueles categorizados como “recursos em conservação”, cuja utilização de forma sustentável é crucial para evitar o agravamento da crise climática.

A biodiversidade oferece serviços ecossistêmicos essenciais, como a captura de gases de efeito estufa, especialmente pelos oceanos, e a polinização, que são fundamentais para a agricultura, a disponibilidade de alimentos e os recursos hídricos, entre outros exemplos. Valorizar o capital natural é crucial nesse contexto. Essa valoração permite precificar os bens e serviços fornecidos pela natureza, fornecendo uma noção clara de como direcionar de forma eficaz os estoques finitos de capital natural e tomar decisões informadas sobre seu uso.

A relação entre clima e biodiversidade é de retroalimentação. Por um lado, as alterações climáticas afetam negativamente a biodiversidade, aumentando o estresse adaptativo das espécies. Por outro lado, a perda de cobertura vegetal, juntamente com os danos causados aos oceanos e rios, acelera ainda mais a crise climática. As principais atividades responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa estão diretamente relacionadas ao uso desordenado de ecossistemas e à exploração econômica dos recursos naturais. No caso específico do Brasil, 44% das emissões de gases de efeito estufa são provenientes da mudança no uso

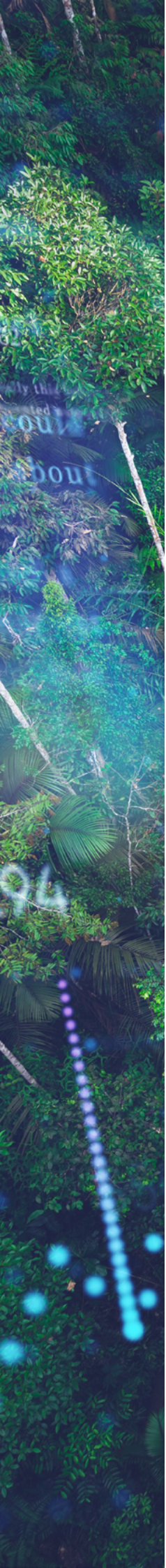


do solo. Isso significa que o desafio é significativo, mas também abre espaço para a construção de soluções, principalmente soluções baseadas na própria natureza, que a biodiversidade oferece.

É fundamental compreender a biodiversidade como uma forma de capital que requer esforços contínuos de conservação para manter sua capacidade de renovação. Os resultados e serviços fornecidos pela biodiversidade, por meio dos serviços ecossistêmicos, precisam de financiamento adequado. No entanto, há dificuldades em garantir esse financiamento para a conservação da biodiversidade e manter um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. O gap de financiamento é significativo e os modelos econômicos desempenham um papel importante nesse processo.

Um estudo intitulado [“Financiando a Conservação da Natureza - Eliminando a lacuna no financiamento da conservação da biodiversidade global”](#), realizado pela *The Nature Conservancy* em parceria com o *Paulson Institute* e o *Cornel Atkinson Center for Sustainability*, estimou que o fluxo global anual de fundos destinados à proteção da biodiversidade está entre US\$ 124-143 bilhões, enquanto a necessidade estimada para deter o declínio global da biodiversidade até 2030 é de US\$ 722-967 bilhões por ano. Esses números revelam um déficit de financiamento da biodiversidade que varia de US\$ 598 a 824 bilhões por ano, necessários para conter a perda de biodiversidade.

Nesse contexto, houve avanços nas discussões internacionais sobre biodiversidade. A 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em Nagoya, no Japão, em 2010, estabeleceu as Metas de Aichi, que consistem em um conjunto de iniciativas destinadas a bloquear a perda de biodiversidade e promover o uso sustentável e efetivo dos recursos e serviços. Seu período de duração foi entre 2011 e 2020, ou seja, um período de dez anos. Essas metas foram elaboradas com o objetivo de impulsionar os esforços globais para a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável de seus recursos, reconhe-



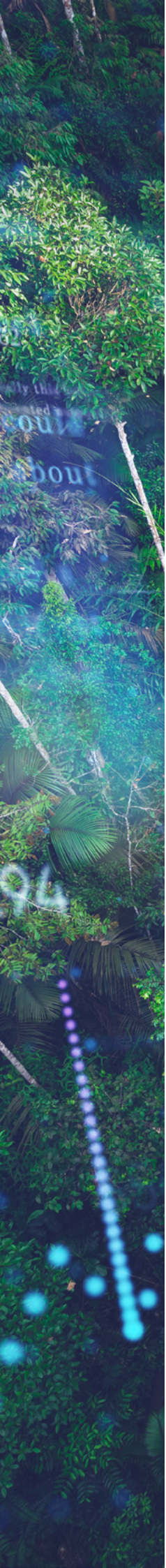
cendo a importância da biodiversidade para o desenvolvimento sustentável. No entanto, as Metas de Aichi não foram implementadas de forma eficiente para promover a mudança sistêmica necessária para equilibrar o uso dos recursos naturais. Assim, foi necessário discutir um novo marco global para a biodiversidade. A Conferência das Partes (COP) 15, realizada em Montreal em 2022, foi um marco nesse sentido, estabelecendo o Marco Internacional da Biodiversidade Kunming-Montreal.

Ou seja, o Marco Internacional da Biodiversidade Kunming-Montreal reconhece a importância do setor financeiro e das finanças sustentáveis na promoção da conservação da biodiversidade e no uso sustentável de seus recursos. O documento destaca a necessidade de envolver atores do setor financeiro, como instituições financeiras, investidores e seguradoras, na implementação de medidas que apoiem a conservação e restauração da biodiversidade.

O [Marco Internacional da Biodiversidade Kunming-Montreal](#) salienta a importância do setor financeiro e das finanças sustentáveis como catalisadores essenciais para alcançar os objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Ele destaca a necessidade de direcionar os fluxos financeiros para atividades compatíveis com a biodiversidade, desenvolver instrumentos financeiros inovadores e aumentar o financiamento para a implementação das metas relacionadas à biodiversidade.

A COP 15 buscou abordar os conceitos, desafios e dificuldades relacionados à biodiversidade. Reconheceu-se a necessidade de estabelecer uma meta para a biodiversidade, assim como a meta de manter o aquecimento global abaixo de 2°C, tentando limitar a 1,5°C na agenda climática. A meta para a biodiversidade consiste em permitir que a natureza se recupere até 2050, reduzindo assim a crise climática e mantendo os serviços ecossistêmicos essenciais de que todos dependemos.

A promoção de soluções baseadas na natureza é fundamental para enfrentar esse desafio. A própria natureza possui as respostas necessárias



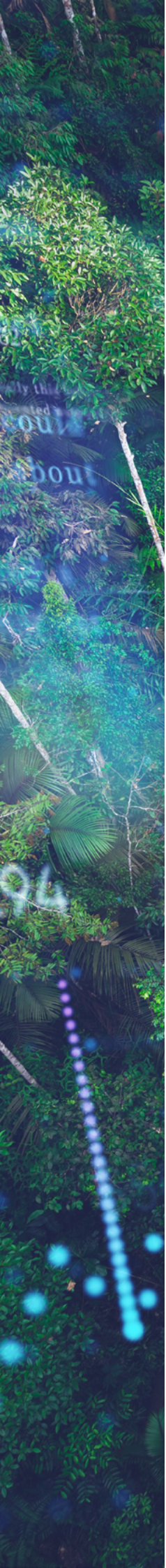
para lidar com a crise ambiental em que nos encontramos. As soluções já estão disponíveis, só precisamos fazer uma mudança significativa em nossa abordagem. Esse foi o tema central da COP 15.

A conferência supramencionada resultou em considerações significativas para acelerar a implementação de soluções existentes e identificar os recursos necessários para atingir os resultados desejados. Ademais, a COP 15 estabeleceu um mecanismo de monitoramento com a finalidade de aprimorar a compreensão acerca da implementação dessas soluções. Ela também incentivou os países a revisarem suas estratégias nacionais de biodiversidade, proporcionando um ambiente propício para a mobilização de recursos, e anunciou a instituição de um fundo global destinado à biodiversidade.

A discussão sobre a repartição de benefícios provenientes do patrimônio genético também foi abordada na COP 15. Essa é uma oportunidade única para os países repensarem suas estratégias de biodiversidade e contribuïrem para o novo marco global. O marco enfatiza a necessidade de tratar a biodiversidade separadamente, mas de forma complementar, das questões climáticas, reconhecendo a importância de uma responsabilidade comum, porém diferenciada. Esses dois aspectos se complementam.

Outro desafio importante é a meta 30/30, que busca garantir que, até 2030, pelo menos 30% das áreas dos países sejam protegidas. No caso do Brasil, essa meta já foi alcançada, com aproximadamente 30% do território protegido. No entanto, a efetividade dessas áreas protegidas precisa ser reforçada para evitar a perda contínua de biodiversidade. É necessário buscar soluções eficazes, especialmente soluções baseadas na natureza, que a própria biodiversidade oferece.

A compreensão da biodiversidade como um tipo de capital renovável é fundamental para sua conservação. No entanto, isso requer esforços contínuos para garantir a conservação dos recursos naturais e dos ser-



viços ecossistêmicos. O financiamento desempenha um papel crucial nesse processo, uma vez que existe um déficit significativo de recursos para a conservação da biodiversidade. Os modelos econômicos desempenham um papel importante na busca por soluções e na alocação eficiente dos recursos disponíveis.

Em resumo, a discussão sobre biodiversidade é de extrema importância, pois está intimamente ligada à crise climática e ao futuro sustentável do nosso planeta. A COP 15 sobre Biodiversidade trouxe avanços significativos, estabelecendo metas e estratégias para enfrentar os desafios da perda de biodiversidade.

No que se refere ao setor financeiro e as finanças sustentáveis em nível global, observa-se que os riscos associados à biodiversidade estão sendo integrados, aos poucos, na agenda dos bancos centrais e reguladores. Em relação aos instrumentos de finanças sustentáveis, como taxonomia e padrões de divulgação, estes contribuem com maior transparência no mercado de capitais, permitindo que os recursos sejam alocados em setores relevantes levando em consideração os aspectos relacionados a clima e biodiversidade. Em um estudo recente publicado pela Climate and Company e WWF “[When Finance Talks Nature](#)” (2022), foram analisadas taxonomias para finanças sustentáveis adotadas por 29 países. Nesta amostra, apenas 12 taxonomias consideram aspectos relevantes de natureza (biodiversidade) nos seus objetivos, métricas de performance e limites.

As metas estabelecidas pelo Marco Internacional da Biodiversidade Kunming-Montreal contemplam a necessidade de divulgação mandatória de riscos, dependências e impactos associados à biodiversidade, incluindo sua cadeia de valor e portfólio. Logo, padrões de divulgação globais precisam ser harmonizados mantendo um alto nível de ambição. Finanças sustentáveis e políticas relacionadas à cadeia de valor devem se alinhar para atingir os objetivos relacionados à biodiversidade.



Sugestões para o Brasil pelos painelistas:

É fundamental que os países, incluindo o Brasil, revisem suas estratégias e tomem medidas concretas para preservar a biodiversidade e promover soluções baseadas na natureza. Isso inclui a criação de espaços de governança adequados, como a recriação do Conselho Nacional da Biodiversidade (Conabio), o uso de mecanismos existentes de governança para influenciar políticas públicas, a realização de consultas públicas para revisão de estratégias nacionais e ações concretas para garantir a divulgação dos impactos na biodiversidade por parte de empresas e instituições financeiras.

Além disso, é importante aproveitar as oportunidades internacionais, como o Marco Internacional da Biodiversidade Kunming-Montreal, para fortalecer a discussão sobre biodiversidade e buscar financiamento adequado. O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) pode desempenhar um papel central nesse processo, sendo um instrumento financeiro essencial e uma fonte de recursos para iniciativas de conservação da biodiversidade. O protagonismo do Brasil na agenda ambiental e sua participação nas discussões do GEF são fundamentais para impulsionar as soluções e inovações necessárias.

No contexto das finanças sustentáveis, a transparência nas informações ASG (ambientais, sociais e de governança) é essencial para permitir uma alocação de capital mais informada e consciente dos riscos ambientais. Além disso, a adoção de taxonomias e regulamentações ambiciosas e harmonizadas é necessária para impulsionar a transformação do mercado financeiro em direção à sustentabilidade.

Em suma, a proteção e conservação da biodiversidade são questões urgentes e de extrema importância para enfrentar os desafios climáticos e garantir um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras. É imperativo promover a valorização da biodiversidade, mobilizar recursos financeiros adequados, fortalecer a governança e adotar medidas concretas em todos os setores da economia e da sociedade. Somente com uma abordagem integrada e colaborativa poderemos preservar a biodiversidade e promover um desenvolvimento sustentável em harmonia com a natureza.



Labo

Laboratório de Inovação Financeira



Patrocinado por:

